



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

TERMO DE REFERÊNCIA
ELETRÔNICO: SUSEP/ERSSP Nº 18/2017
PROCESSO Nº: 15414.617971/2017-55
INTERESSADO: ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DA SUSEP EM SÃO PAULO

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos e da infraestrutura de ar-condicionado existente nas dependências do Escritório de Representação da SUSEP no Estado de São Paulo - ERSSP, situada na rua Formosa, 367 - 26º andar, Centro, São Paulo - SP, conforme especificações estabelecidas neste Instrumento, mediante o fornecimento de materiais (filtros de ar, lubrificantes, materiais de limpeza, etc) e peças.

1.2. Preço de Referência: R\$ 43.296,63 (quarenta e três mil, duzentos e noventa e seis reais e sessenta e três centavos) para o período de 12 (doze) meses.

1.3. Em face do Valor de Referência, a presente Licitação é exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, tal qual disposições do art. 48, I, da LC nº 123/06, art. 6º do Decreto nº 8.538, de 2015.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Em decorrência da infraestrutura de climatização instalada no ERSSP, toma-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, pois o atendimento aos padrões técnicos relativos aos aspectos qualitativos do ar interior em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo (como o nível de material particulado no ar, a temperatura, a umidade, a velocidade do ar, etc) requer conhecimentos e instrumentos de trabalho especializados, não disponíveis no âmbito do ERSSP.

2.2. Ademais, se faz necessário garantir que a sala onde está instalada a infraestrutura de tecnologia da informação, esteja climatizada 24 horas e 7 dias por semana, para garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos.

2.3. A presente contratação dos serviços de manutenção envolve tanto a parte preventiva como a corretiva em função da ligação existente entre elas, isto é, a retificação das falhas ocorridas (manutenção corretiva) possibilita a elaboração de mecanismos (manutenção preventiva) que visam atenuar as quebras futuras.

2.4. Há a necessidade do fornecimento de peças, pois os serviços são dependentes dos materiais, logo, o serviço de manutenção só pode ser feito com o fornecimento de insumos, materiais e peças.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.3. Tendo em vista o enquadramento do serviço a ser contratado como serviço comum, para fins do disposto no Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005, a licitação deverá ser realizada na modalidade Pregão Eletrônico.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Com o intuito de esclarecer o objeto a ser contratado se torna necessário definir os conceitos de manutenção:

4.1.1. **Manutenção** é a combinação de todas as ações técnicas e administrativas, incluindo as de supervisão, destinadas a manter ou recolocar um item em um estado no qual possa desempenhar uma função requerida;

4.1.2. **Manutenção preventiva** é a manutenção efetuada em intervalos predeterminados, ou de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um item;

4.1.3. **Manutenção corretiva** é a manutenção efetuada após a ocorrência de uma pane destinada a recolocar um item em condições de executar uma função requerida.

4.2. A Contratada deverá atentar aos comandos da NBR ABNT 15848/2010, NBR ABNT 14679/2012, NBR ABNT 13971/2017 e demais normas porventura aplicadas à atividade de Manutenção Preventiva e Corretiva de Sistemas de Condicionamento de Ar.

4.3. Os serviços de manutenção preventiva compreendem a execução das Rotinas constantes da tabela abaixo:

PLANILHA DE ROTINAS E TAREFAS
QUINZENAL
- Limpeza do filtro de ar das unidades evaporadoras FUJITSU.
MENSAL
- Limpeza do filtro de ar das unidades evaporadoras HITACHI.
- Medição do nível de pressão sonora das unidades condensadoras.
- Verificação de peças soltas.
- Ajuste das porcas, parafusos e outros fixadores.
- Verificação da pressão e da carga de gás refrigerante de todos os sistemas.
- Fornecer carga de gás aos equipamentos, se necessário.
- Eliminação dos ruídos e vibrações anormais.
- Desobstrução do dreno de água condensada.
- Medição da corrente de alimentação e potência de todos os equipamentos.
- Verificação das conexões elétricas.
- Medição das temperaturas de entrada e saída das evaporadoras.
- Verificação da bandeja de dreno das condensadoras.
- Verificação das fixações e vedações.
- Eliminação de vazamentos (gás, óleo etc).
- Verificação e ajuste da tensão das correias para evitar escorregamento.
- Eliminação de sujeiras e objetos estranhos nas casas de máquina.
- Verificação do estado dos dutos.
TRIMESTRAL
- Troca do filtro de limpeza de ar das unidades evaporadoras.
- Limpeza dos ventiladores (carcaça, rotor e hélice).
- Verificação das serpentinas.
SEMESTRAL
- Verificação do circuito elétrico de controle.
- Balanceamento da hélice ou turbina desbalanceada.
- Verificação de folga no eixo dos motores de ventilação.
- Verificação da corrente elétrica dos motores.
- Eliminação de pontos de corrosão e realização de pinturas se necessário.

- Limpeza e lubrificação de peças dos motores e compressores.
- Realização de lubrificações em geral.
- Verificação do estado do isolamento térmico dos dutos (split).
- Limpar e corrigir fixação de difusores e grelhas de porta, fixação e retorno.
ANUAL
- Avaliação das condições gerais do gabinete.
- Limpeza da bandeja de dreno.
- Limpeza da serpentina do evaporador.
- Limpeza dos ventiladores centrífugos.

4.4 Os serviços deverão ser prestados no período das 09:00 às 18:00 horas de segundas às sextas-feiras, excluindo-se os feriados e pontos facultativos.

4.5 Na realização da primeira manutenção preventiva, todos os serviços previstos quinzenalmente, mensalmente, trimestralmente, semestralmente e anualmente devem ser executados para verificação da normalidade de funcionamento e padronização das demais execuções de serviços.

4.6 A Contratada deverá disponibilizar de imediato todos os materiais, ferramentas e equipamentos (teste, aferição, medição, etc.) necessários à realização da manutenção preventiva ou corretiva, bem como utilizar somente materiais e peças novas, originais de primeiro uso e de boa qualidade nas reposições que se fizerem necessárias.

4.7 Não poderão ser empregadas peças remanufaturadas, recondicionadas, recuperadas, piratas ou de procedência duvidosa.

4.8 A Contratada realizará as manutenções corretivas com cobertura de risco imediatamente após a identificação de sua necessidade, evitando, assim, danos adicionais. Os prejuízos decorrentes de falhas comprovadas na manutenção preventiva ou corretiva serão imputados à CONTRATADA.

4.9 Caso a CONTRATADA precise deslocar os equipamentos das dependências da CONTRATANTE para suas instalações próprias devido aos requerimentos de manutenção, esta precisará aprovar previamente por meio do Gestor do Contrato esse deslocamento, sendo que caberá àquela todos os ônus com a remoção.

4.10 A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte para atendimento no período das 09:00 às 17:00 horas através de e-mail e de telefone.

4.11 Os serviços de manutenção preventiva serão executados em dias e horários previamente ajustados com a CONTRATANTE por meio do fiscal do contrato.

4.12 Os serviços de manutenção corretiva somente serão realizados a partir de contatos por e-mail ou ligações prévias da CONTRATANTE ou a partir de problemas detectados durante a execução das tarefas de manutenção preventiva.

4.13 O início dos serviços de manutenção corretiva deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas após o agendamento por e-mail ou telefone ou após a comunicação por escrito ao Gestor do Contrato durante a execução da manutenção preventiva, sendo que o início dos serviços é caracterizado pela chegada do(s) empregado(s) da CONTRATADA aos locais de instalação dos equipamentos.

4.14 Os serviços de manutenção corretiva deverão ser concluídos em até 24 (vinte e quatro) horas, salvo em caso de justificativa técnica plausível e de aguardo do fornecimento de peças.

4.15 Após a aquisição das peças pela CONTRATANTE e a comunicação desse fato à CONTRATADA, o serviço deve ser reiniciado e concluído em até 24 (vinte e quatro) horas.

4.16 Caso o serviço não seja concluído no prazo máximo estipulado pelo item 4.14, e não seja apresentada justificativa técnica plausível, a CONTRATADA se obriga a fornecer e instalar equipamentos similares, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, até que seja sanada a falha ou problema do equipamento em manutenção corretiva.

4.17 A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços de manutenção corretiva independentemente do número de vezes em um determinado mês.

4.18 Deverá a Contratada apresentar mensalmente o Relatório de Manutenção detalhado dos serviços executados, tipo das manutenções corretivas / preventivas efetuadas, com indicação dos equipamentos afetados, causas do defeito, materiais, ferramentas e peças de reposição. Deve ser indicado o quantitativo dos insumos e peças utilizados e apresentar sugestões, com vistas a melhorar a eficiência e confiabilidade das instalações.

4.19 Os serviços de manutenção corretiva poderão ser realizados em conjunto com os serviços de manutenção preventiva.

4.20 Os produtos eventualmente utilizados na execução dos serviços deverá possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) A e B, nos termos da Portaria INMETRO nº 07, de 04 de janeiro de 2011, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC dos condicionadores de ar.

4.21 Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

4.21.1 É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

4.21.2 Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

4.21.3 A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

4.21.3.1 Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

4.22 Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

4.23 Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

5 INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1 Os equipamentos estão em operação nas dependências do ERSSP, cuja área total é 1064,17 m², e atendem aproximadamente 50 usuários internos e 10 usuários externos concomitantes em média.

5.2 As características dos equipamentos de ar-condicionado instalados estão dispostas na tabela abaixo:

PLANILHA DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS			
UNIDADE	MARCA	MODELO	ESPECIFICAÇÕES
UC 01	HITACHI	RAM100C5S	Condensadora de ar condicionado tipo bi-split K7, capacidade 120.000 Btu/h, ventilador axial, conexão frigorífica sucção (UNS 1 1/16") 2x Tb 19,05 (3/4") e líquido (UNF 5/8") 2x Tb 9,53 (3/8"), alimentação trifásica para 220-380-440V / 60Hz, peso 185 Kg, dimensões: 930mm de altura x 890mm de largura x 890mm de profundidade
UC 02	HITACHI	RAM100C5S	
UC 03	HITACHI	RAM100C5S	
UC 04	HITACHI	RAP050D5Y	Condensadora de ar condicionado tipo split K7, capacidade 60.000 Btu/h, ventilador axial, conexão frigorífica sucção (UNS 1 1/16") Tb 19,05 (3/4") e líquido (UNF 5/8") Tb 9,53 (3/8"), alimentação trifásica para 220-380-440V / 60Hz, peso 76 Kg, dimensões: 870mm de altura x 590mm de largura x 590mm de profundidade
UC 05	HITACHI	RAP050D5Y	
UC 06	FUJITSU	AOBA24LAT3	Condensadora de ar condicionado tipo tri-split Inverter 410A, capacidade 24.000 Btu/h, alimentação 220V / 60Hz, peso 55Kg, nível de ruído 51dBA, dimensões: 700mm de altura x 900mm de largura x 330mm de profundidade
UC 07	FUJITSU	AOBA18LAC2	Condensadora de ar condicionado tipo bi-split Inverter 410I, capacidade 18.000 Btu/h, alimentação 220V / 60Hz, peso 55Kg, nível de ruído 49dBA, dimensões: 700mm de altura x 900mm de largura x 330mm de profundidade
UNIDADES EVAPORADORAS			
UNIDADE	MARCA	MODELO	ESPECIFICAÇÕES
UE 01	HITACHI	RCI 050	Evaporadora de ar condicionado tipo cassette 4 vias, capacidade 60.000 Btu/h, vazão 2.040 m³/h, ventilador centrífugo com multi-palhetas (turbo fan), conexão frigorífica sucção (UNS 1 1/16") Tb 19,05 (3/4") e líquido (UNF 5/8") Tb 9,53 (3/8"), dreno D 32mm (EXT), nível de pressão sonora 48dBA, alimentação para 220V / 60Hz monofásica, peso 30 Kg, dimensões: 298mm de altura x 840mm de largura x 840mm de profundidade
UE 02	HITACHI	RCI 050	
UE 03	HITACHI	RCI 050	
UE 04	HITACHI	RCI 050	
UE 05	HITACHI	RCI 050	
UE 06	HITACHI	RCI 050	
UE 07	HITACHI	RPI050DM	Evaporadora de ar condicionado tipo embutir, capacidade 60.000 Btu/h, vazão 2.580 m³/h, ventilador centrífugo multi-palhetas dupla aspiração, conexão frigorífica sucção (UNS 1 1/16") Tb 19,05 (3/4") e líquido (UNF 5/8") Tb 9,53 (3/8"), nível de pressão sonora 50dBA, alimentação 220V / 60Hz, dimensões: 245mm de altura x 1550mm de largura x 579mm de profundidade
UE 08	HITACHI	RPI050DM	
UE 09	FUJITSU	ASBA12LACM	Evaporadora de ar condicionado tipo teto, capacidade 12.000 Btu/h, ciclo quente/frio, compressor rotativo, operação eletrônica, alimentação 220V / 60Hz, peso 64Kg, dimensões: 700mm de altura x 900mm de largura x 330mm de profundidade
UE 10	FUJITSU	ASBA12LACM	
UE 11	FUJITSU	ASBA12LACM	
UE 12	FUJITSU	ASBA12LACM	

5.3 Além dos equipamentos de ar-condicionado, existem 02 (dois) ventiladores centrífugos

em linha, de 550 Pascal, 865 m3, 220V, 160W, para renovação de ar.

6 DO PAGAMENTO

6.1 Em contraprestação aos serviços prestados, o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em moeda corrente nacional, por meio de ordem bancária e crédito em conta corrente, em até 10 (dez) dias úteis, após transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para atesto na nota fiscal/fatura pelo fiscal do Contrato, devendo a mesma estar devidamente discriminada e acompanhada de todos os documentos necessários ao pagamento e ter sido entregue no Protocolo da CONTRATANTE localizado no local de prestação do serviço ou mediante outro meio a ser autorizado prévia e inequivocamente pelo Fiscal do Contrato.

6.2 Caso haja incorreção da nota fiscal emitida, a CONTRATADA deverá reapresentá-la devidamente corrigida. Assim, o prazo para pagamento será iniciado novamente.

6.3 Junto com a nota fiscal de serviço deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

6.3.1 Relatório Mensal consolidado dos serviços prestados com todas as ocorrências verificadas no período a que se refere a nota fiscal de serviço;

6.3.2 Nota Fiscal original das peças adquiridas e instaladas durante a manutenção corretiva;

6.3.3 Outros documentos necessários ao exercício da fiscalização contratual por parte da CONTRATANTE.

6.4 Quando do pagamento, será realizada consulta ao SICAF. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, realizar-se-á advertência por escrito para que, no prazo de 05 (cinco) dias, o fornecedor proceda a regularização, ou, no mesmo prazo, apresente justificativa plausível.

6.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto essa estiver pendente de liquidação de obrigação financeira imposta devido à inadimplência contratual.

6.6 As multas e retenções que porventura existam poderão ser, a critério da Administração da SUSEP, deduzidas do próprio valor a ser pago ou da garantia do contrato.

6.7 Do valor da fatura poderá ser deduzido o valor correspondente ao custo de reparação ou de reposição, no caso de avaria ou de extravio de bens de propriedade da SUSEP, se for definida, por meio de processo de apuração de irregularidade, a responsabilidade de qualquer empregado da CONTRATADA.

6.8 Os impostos e as contribuições serão deduzidos do valor da Nota Fiscal de Serviço, conforme legislação específica vigente.

7 DA VISTORIA

7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, ocasião na qual também será disponibilizada a planta "AS BUILT" do sistema de condicionamento de ar, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10:00 horas ao meio dia e das 13:00 às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (011) 3224-5014.

7.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3 Para a vistoria, o representante da licitante deverá estar devidamente identificado.

8 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 Na Planilha de Formação de Preços, devem ser discriminados o valor mensal e o valor

global anual.

8.2 No mensal, estarão incluídas todas as despesas com equipamentos, gases, lubrificantes, peças, materiais de limpeza, tributos, seguros, encargos trabalhistas e demais despesas incidentes direta ou indiretamente sobre o objeto da contratação.

8.3 Para fins de preenchimento da Planilha de Preço, é conveniente a análise da Planilha de Equipamentos Instalados, constante do subitem 5.2, e da Planilha de Rotinas a serem executadas, constate do subitem 4.3.

8.4 A empresa poderá apresentar proposta comercial desde que esteja habilitada para o serviço e que não comprometa a realização eficiente e a continuidade deste.

8.5 Não serão aceitas ofertas de serviços com especificações diferentes das indicadas neste Termo de Referência.

8.6 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica conhecimento e submissão a todas as condições estipuladas no presente Termo de Referência e em seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação vigente.

8.7 O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados da data da entrega.

8.8 Adotar-se-á como critério de julgamento para fins de aceitabilidade da proposta o menor valor global anual do item.

9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

9.4 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

9.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

9.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLT/MPOG N. 02/2008.

9.7 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, se assim julgar conveniente, a fim de proporcionar o cumprimento das obrigações contratuais.

9.8 Aplicar as sanções administrativas quando cabíveis.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Implantar em até 15 (quinze) dias após a data da assinatura contratual o PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle) conforme determinação da Portaria MS/GM nº 3.523, de 28 de agosto de 1998, e especificações contidas no Anexo I da referida portaria e na NBR 13971/1997 da ABNT.

10.2 Apresentar uma cópia do PMOC em até 15 (quinze) dias após a assinatura contratual.

10.3 Apresentar em até 15 (quinze) dias após a assinatura contratual a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), registrada junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), relativa aos serviços contratados.

10.4 Indicar o Preposto, por meio da Carta de Indicação do Preposto do Anexo II, com a missão de garantir a continuidade e o bom andamento dos serviços contratados, habilitado a tomar providências necessárias para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas e capaz de tomar decisões compatíveis com suas funções e com os compromissos assumidos.

10.5 Possuir em seus quadros um engenheiro mecânico, com registro válido junto ao CREA durante a execução contratual, o qual, auxiliado por outros profissionais da CONTRATADA, será o responsável técnico pelos serviços prestados e pela elaboração do relatório mensal consolidado dos serviços prestados, em que constarão todas as ocorrências verificadas no período a que se refere a nota fiscal de serviço.

10.6 Apresentar os documentos que comprovem a qualificação do engenheiro mecânico antes do início da execução efetiva dos serviços.

10.7 Comunicar à CONTRATANTE qualquer falha ou problema verificado durante o serviço de manutenção preventiva, que requererá manutenção corretiva para o funcionamento normal dos equipamentos e da infraestrutura de ar-condicionado das dependências do ERSSP.

10.8 Responsabilizar-se pela retirada dos materiais e peças, dando-lhes destinação adequada.

10.9 Prestar garantia dos serviços de manutenção corretiva de 90 (noventa) dias a contar do atestado de aceitação dos serviços prestados, emitido pelo fiscal do contrato no relatório técnico de responsabilidade da CONTRATADA. No caso das peças, serão utilizadas as garantias fornecidas pelos fabricantes.

10.10 Reparar ou refazer, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sem nenhum ônus extra para a CONTRATANTE, no todo ou em parte, os serviços que apresentarem defeitos ou incorreções, inclusive substituindo peças quando necessário, exceto se for comprovado que estas foram desgastadas ou danificadas por uso indevido.

10.11 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

10.12 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.13 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.14 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.15 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

10.16 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

10.17 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere

responsabilidade à Contratante.

10.18 Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

10.19 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

10.20 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

10.21 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

10.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.23 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.24 Responsabilizar-se, integralmente, na ocorrência de acidentes que possam ser vítimas seus empregados, no desempenho de suas funções por ocasião da execução do objeto deste contrato.

10.25 Executar os serviços de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas vigentes.

10.26 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.27 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11 DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13 CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

13.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o

acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

13.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14 DA VIGÊNCIA

14.1 A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, de acordo com o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.1 ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.2 falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.3 comportar-se de modo inidôneo; e

15.1.4 cometer fraude fiscal.

15.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

15.2.2 Multa de:

15.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a

incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

15.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

15.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

15.2.3.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

15.2.3.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

15.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

15.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

15.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.3 As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.3, 15.2.4 e 15.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização,	02

4	por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
10	Cumprir os prazos de atendimento em até 24 para manutenção corretiva (vinte e quatro) horas, conforme subitem 4.14.	04
11	Realizar os serviços de manutenção preventiva nos dias e horários previamente ajustados com a CONTRATANTE.	02

15.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ WILSON MARTINS DE LIMA (MATRÍCULA 1778544)**, **Analista Técnico da Susep**, em 20/11/2017, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0208705** e o código CRC **0CA5C282**.

ANEXO I**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

I - As Propostas encaminhadas deverão considerar a Planilha de Equipamentos Instalados, tal qual subitem 5.2 do presente Termo de Referência, assim como a Lista de Rotinas e Tarefas constantes do subitem 4.3.

II - É obrigatória a visita técnica para o encaminhamento de Proposta de Preços, conforme exposto no item 7 do Termo de Referência.

III - Os valores propostos deverão ser expressos em reais, incluídos tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor, bem como despesas com materiais, mão de obra e outras de quaisquer naturezas incidentes sobre os serviços a serem prestados, deduzidos eventuais descontos.

1 - QUALIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Razão Social:	
CNPJ/MF:	
Endereço Comercial	
Bairro:	Município:
Estado:	CEP:
Telefone:	Celular:
E-mail:	
Site:	
Dados Bancários:	
Representante Legal:	
Identidade:	Órgão Expedidor:
CPF:	Nacionalidade
Estado Civil:	Cargo:

2 – PREÇOS E CONDIÇÕES

SERVIÇO	VALOR MENSAL RS	VALOR ANUAL RS
Serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos e da infraestrutura de ar-condicionado existente nas dependências do Escritório de Representação da SUSEP no Estado de São Paulo - ERSSP, mediante o fornecimento de materiais (filtros de ar, lubrificantes, materiais de limpeza, etc) e peças.		

ANEXO II**CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PREPOSTO**

Declaro, para os devidos fins de prova junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que estou ciente da minha indicação, pela empresa (_____) e CNPJ _____) para ser o Preposto que será responsável pela boa execução do objeto constante neste Termo de Referência e, ainda, que possuo todas as informações relativas à sua fiel execução.

Nome do preposto _____

Número de CPF/ e RG do Preposto _____

E-mail do Preposto _____

Telefones do Preposto _____

Declaro que o preposto acima nomeado possuirá amplos poderes para decidir e dirimir questões relativas ao contrato com a SUSEP, sendo ele o contato da Contratada perante a Contratante.

_____, _____ de _____ de _____

(local e data)

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(Nome por extenso do Representante Legal da Empresa)

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o número _____, estabelecida na cidade de _____, Estado de _____, no endereço _____, telefone n.º _____, por meio de seu representante legal, _____, portador da Carteira de Identidade _____, CPF n.º _____, para fins de participação na licitação, nos termos do subitem 7.1 do Termo de Referência SUSEP/ERSSP 18/2017, vistoriou as instalações do Escritório de Representação da SUSEP no Estado de São Paulo – ERSSP, onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução dos serviços, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na aludida visita e, plenamente capacitada a elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços ou acréscimos dos preços.

São Paulo, _____ de _____ de 2017

Nome do Representante da Empresa:

CPF:

Nome do Servidor da SUSEP:

Matrícula: